



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004085-58.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Fabio Marques de Souza**
 Requerido: **Claro Celular Telecomunicações S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor se volta contra contrato de prestação de serviços de telefonia relativo a linha que especificou, refutando sua celebração.

A ré em contestação de início assentou que os fatos trazidos à colação careceriam de fundamento, mas não amealhou elementos minimamente consistentes que denotassem o ajuste impugnado pelo autor.

Como se não bastasse, reconheceu juridicamente o pedido ao salientar que não se opõe ao pleito deduzido.

Não obstante, reputo relevante o pronunciamento que dirima o conflito suscitado como forma de evitar eventuais discussões futuras a seu respeito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

O quadro delineado impõe o acolhimento da pretensão formulada, nada respaldando a existência do contrato em apreço e consequentemente a cobrança lançada pela ré.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato de prestação de serviços de telefonia relativo à linha nº (16) 99219-2727, bem como a inexigibilidade de qualquer débito dele oriundo em desfavor do autor.

Torno definitiva a decisão de fls. 08/09, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 12 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**